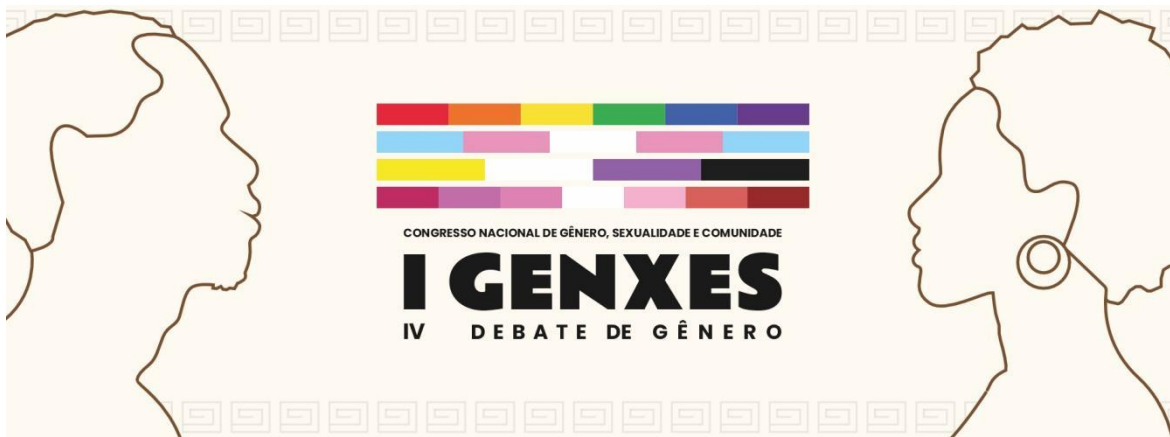




A Evolução dos Direitos LGBTQIAPN+ no Brasil: Conquistas Jurídicas e Desafios na Efetivação dos Direitos Fundamentais.

Eixo Comunitário:

4. Movimentos Sociais, Gênero e sexualidade

Autor(a) - Francisco Wagner Sérgio de Oliveira

Filiação institucional - Centro Universitário Mauricio de Nassau

E-mail: wagnersergio.adm@gmail.com

Coautor(a): Francisca Janiele Felipe Feitosa

Filiação institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio- Unileão

E-mail: janielefeitosa@gmail.com:

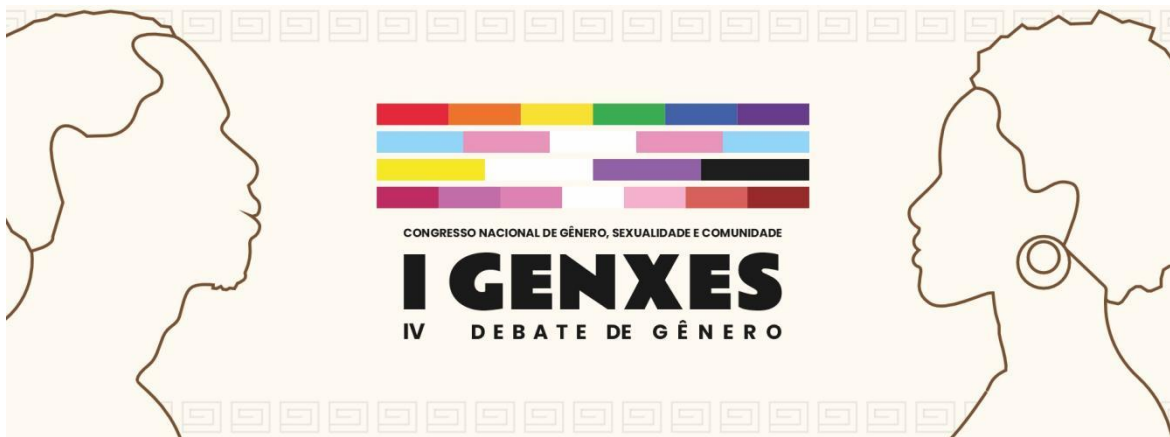
Orientador(a): Francisco Francinete Leite Junior

Filiação institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio- Unileão

E-mail: franciscofrancinete@leaosampaio.edu.br

RESUMO

O movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, embora tenha ganhado força após a Revolta de Stonewall em 1969, nos Estados Unidos começou a se organizar de forma mais estruturada em 1978, com a criação do Somos: Grupo de Afirmação Homossexual em São Paulo. No mesmo ano, surgiu o jornal Lampião da Esquina, no Rio de Janeiro, uma das primeiras publicações voltadas para a comunidade LGBTQIAPN+, que denunciava violências e buscava visibilidade durante a ditadura militar. O movimento se expandiu gradualmente, dando origem a outras publicações, como o Xana com Xana, voltado para mulheres lésbicas, e à realização de protestos, como o ocorrido nas escadarias do Theatro Municipal de São Paulo em 1980. Nesse mesmo ano, foi fundado o Grupo Gay da Bahia (GGB), a mais antiga associação de defesa dos direitos LGBTQIAPN+ ainda em atividade no país. O objetivo desta pesquisa é analisar a evolução dos direitos LGBTQIAPN+ no Brasil, destacando conquistas legais e desafios persistentes, como a violência e a discriminação, que exigem ações concretas para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A metodologia utilizada para esta análise baseia-se em revisão histórica e levantamento de dados estatísticos, com foco em marcos legais e sociais que impactaram a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil. As principais fontes utilizadas incluem legislações nacionais, decisões judiciais do Supremo Tribunal Federal (STF), relatórios de organizações da sociedade civil, como o Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), além de publicações acadêmicas sobre direitos humanos, cidadania e interseccionalidade. A pesquisa encontra-se na fase de análise dos dados coletados, e os resultados parciais indicam avanços significativos ao longo das últimas décadas, como o



reconhecimento da união estável homoafetiva pelo STF em 2011, a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2013 e a garantia do direito à retificação de nome e gênero sem necessidade de cirurgia em 2018. Além disso, em 2019, o STF equiparou a LGBTfobia ao crime de racismo e, em 2020, foi derrubada a restrição à doação de sangue por homens gays. Desde 2008, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece cirurgias de redesignação sexual, e, em 2025, o STF ampliou as medidas protetivas da Lei Maria da Penha para casais homoafetivos masculinos e mulheres trans. Apesar dessas conquistas, os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIAPN+ ainda são alarmantes. Dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) mostram que, em 2024, foram registradas 291 mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+, um aumento de 8,83% em relação a 2023, com uma morte a cada 30 horas. Mulheres trans e travestis negras são as mais afetadas, evidenciando a interseção entre gênero, raça e classe. A região Nordeste lidera os assassinatos de pessoas trans (38% dos casos), seguida pelo Sudeste (33%), com São Paulo, Minas Gerais e Ceará registrando os maiores números. Além disso, o Disque 100 recebeu 5.741 denúncias de violência contra pessoas LGBTQIAPN+ até setembro de 2024, próximo ao total de 6.070 registradas em 2023. A subnotificação de casos, devido à ausência de estatísticas governamentais detalhadas, dificulta a compreensão plena da dimensão do problema. Outro fator relevante é a ascensão da extrema-direita no Brasil, que tem impactado negativamente os direitos LGBTQIAPN+. Discursos estigmatizantes e propostas legislativas restritivas ameaçam conquistas históricas, como tentativas de limitar o acesso a tratamentos de transição de gênero e a realização de eventos culturais LGBTQIAPN+. Diante desse cenário, esta pesquisa busca contribuir para o debate sobre direitos humanos e cidadania, ressaltando a importância de políticas públicas inclusivas, ações afirmativas e o fortalecimento dos movimentos sociais para garantir a equidade e a dignidade da população LGBTQIAPN+.

Palavras-chave: Direitos LGBTQIAPN+; Preconceito; Discriminação.